manchete

Público

22-01-2020

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 31885

Temática: Sociedade
Dimensão: 4598 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/2 a 5

Novas tabelas do IRS ainda não compensam todo o corte de 2018

manchete

Público

22-01-2020

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 31885

Temática: Sociedade
Dimensão: 4598 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/2 a 5



DESTAQUE

LUANDA LEAKS

# Dúvidas sobre se Eurobic fez alerta à conta da Sonangol

Banco de Portugal é a única entidade que poderá inspeccionar Eurobic para verificar se avisou as autoridades sobre o esvaziamento da conta da Sonangol. Se detectar infracção pode aplicar uma multa até cinco milhões de euros

Mariana Oliveira

Foram quase 58 milhões de dólares transferidos a 16 de Novembro de 2017, o dia seguinte à exoneração de Isabel dos Santos da liderança da Sonangol e o dia da tomada de posse do seu sucessor, de uma conta da petrolífera angolana no Eurobic, em Lisboa, que teve como destino a conta bancária de uma sociedade *offshore* gerida pelo braço-direito da filha do ex-Presidente angolano, Mário Leite da Silva, e detida por uma amiga daquela que é considerada a mulher mais rica de África. A justificação para as transferências seria um contrato assinado uns dias antes entre uma subsidiária da Sonangol no Reino Unido e a tal sociedade *offshore*, a Matter Business Solutions, que prestaria serviços de consultadoria à petrolífera e que justificaram a emissão de dezenas de facturas em poucos dias.

O normal é que as três transacções de quantias elevadas (uma no valor de 38 milhões de dólares, outra de 15,3 milhões e uma terceira de 4,3 milhões) feitas neste contexto, dessem origem a uma ou a várias comunicações de operações suspeitas ao Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) e, simultaneamente, à Unidade de Informação Financeira (UIF) da Polícia Judiciária (PJ). Mas não é claro que o Eurobic, banco onde Isabel dos Santos tem uma quota de 42,5%, tenha de facto feito esses alertas.

Uma fonte do DCIAP explicou ao PÚBLICO que é pouco provável que tal tenha ocorrido, já que não existe qualquer inquérito aberto relativamente a estas operações, que segundo o *Expresso* e a SIC, deram origem a uma investigação em Angola. A mesma fonte referiu que a situação pode configurar um crime de burla ou de abuso de confiança, agravado devido aos valores envolvidos, que o Ministério Público português poderá investigar sem necessidade de queixa. É provável que esta averiguação seja feita no âmbito de um inquérito já existente que visa Isabel dos Santos, a par de várias figuras da elite angolana, aberto na sequência de uma queixa-crime apresentada em 2011 pelo antigo embaixador angolano, Adriano Parreira. Este queixava-se do desvio de fundos do erário público angolano e o seu envio para Portugal. Este inquérito esteve parado mais de quatro anos devido a uma disputa judicial relacionada com uma decisão do juiz Ivo Rosa, que considerou que as autoridades portuguesas não possuíam competência para investigar o caso. O inquérito ainda não tem nenhum arguido constituído.

O PÚBLICO questionou a PJ e o DCIAP sobre se receberam alguma comunicação destas operações. A Procuradoria-Geral da República não respondeu, mas a Judiciária afirmou estar proibida de prestar essa informação. "Sobre as questões especificamente colocadas consideramos não ser possível satisfazer o solicitado, sendo-nos vedado transmitir qualquer tipo de informação concreta sobre comunicações efectuadas à UIF por parte de entidades obrigadas a reporte", justificou a PJ.

Isto porque a própria lei de prevenção do branqueamento de capitais prevê que a "divulgação ilegítima, a clientes ou a terceiros, das informações, das comunicações, das análises ou de quaisquer outros elementos" é um ilícito criminal punido com pena

## Prevenção do branqueamento

### Bancos são dos que reportam mais transacções suspeitas

Determinadas entidades como os bancos ou as imobiliárias são obrigados a comunicar transacções suspeitas "sempre que saibam, suspeitem ou tenham razões suficientes para suspeitar que certos fundos ou outros bens, independentemente do montante ou valor envolvido, provêm de actividades criminosas ou estão relacionados com o financiamento do terrorismo". A exigência está prevista na lei de prevenção do branqueamento de capitais e de combate ao financiamento do terrorismo, que entrou em vigor em Setembro de 2017, substituindo uma outra que concretizava de forma mais detalhada os requisitos que permitiam classificar determinadas operações como de risco. Os bancos e as agências de câmbio são os que reportam mais suspeitas à PJ e ao Ministério Público, seguidos pelos casinos que estão obrigados a identificar e a registar os frequentadores. O branqueamento implica que o dinheiro que se quer "lavar" tenha proveniência ilícita, logo é necessária a existência de um crime anterior. A fraude fiscal é o ilícito precedente mais comum. O dinheiro que se quer branquear pode ter origem em burlas, corrupção, tráfico de droga ou de armas, entre outros. A obrigação de comunicar transacções suspeitas abarca, entre outros, notários, conservadores de registos e revisores de contas.

manchete

Público

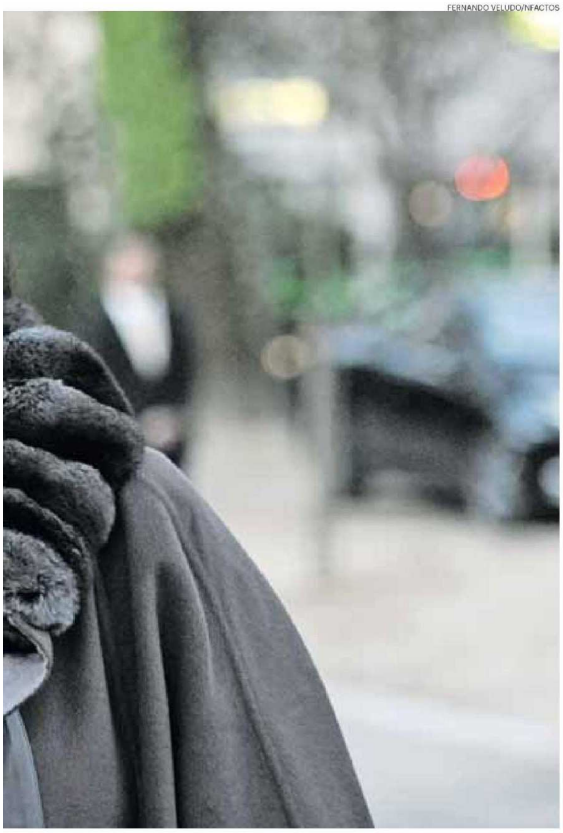
22-01-2020

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 31885

Temática: Sociedade
Dimensão: 4598 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/2 a 5



FERNANDO VELUDO/NFACTOS



**Transferência feita um dia depois de Isabel dos Santos sair da Sonangol, em favor de uma conta *offshore* gerida pelo seu braço-direito, está a suscitar dúvidas**

# Câmara do Porto mantém medalha a Sindika Dokolo e desconhece futuro da fundação

Mariana Correia Pinto

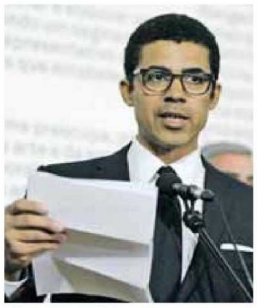
A Câmara do Porto, que em Fevereiro de 2015 entregou uma medalha municipal de mérito, grau ouro, a Sindika Dokolo, coleccionador de arte e marido de Isabel dos Santos, dupla no epicentro do caso *Luanda Leaks*, não deverá retirar a distinção ao congolês. "Neste momento, essa questão não se coloca", admite o gabinete de comunicação da autarquia ao PÚBLICO. A medalha foi atribuída no decorrer da "realização de uma das mais importantes exposições de arte contemporânea realizada na Galeria Municipal em 2015", argumenta, e foi "unanimemente aprovada por todas as forças políticas".

A empresa Supreme Treasure, ligada ao casal, adquiriu à autarquia, por 1,58 milhões de euros, em hasta pública realizada em 2016, a chamada "Casa de Manoel de Oliveira". Ali, queria instalar a sede da Fundação Sindika Dokolo – mas o projecto nunca saiu do papel. Sobre o tema, a Câmara do Porto nada sabe: "Relativamente ao edifício adquirido pela fundação em hasta pública, a câmara não tem nenhuma indicação relativamente ao uso futuro dado a este equipamento por essa mesma instituição." O PÚBLICO questionou também a fundação, mas não obteve resposta.

Mas voltemos à condecoração. O regulamento da medalha municipal prevê a possibilidade de os distinguidos perderem o direito à medalha e seus distintivos, nomeadamente em duas situações: se o agraciado for "condenado pelos tribunais competentes por qualquer dos crimes a que corresponda a pena maior" ou no caso de um funcionário ou serventuário municipal distinguido ter sido demitido.

A atribuição desta distinção a Sindika, que estará envolvido no desvio de centenas de milhões de dólares de dinheiro estatal para um conjunto de empresas, como revelou um consórcio internacional de jornalistas, foi, de facto, votada por unanimidade. Mas não sem polémica. A 23 de Fevereiro de 2015, em reunião de câmara, os vereadores disseram sim à atribuição da medalha ao coleccionador de arte, mas foi preciso algum debate para convencer a socialista Carla Miranda a prescindir de uma abstenção – e o tema levou mesmo a algum confronto dentro do PS, com Manuel Pizarro a mostrar-se desagradado com a falta de sintonia.

Para a socialista, a distinção não cumpria o regulamento subjacente às distinções, tal como havia acontecido com a medalha dada por Moreira ao realizador norte-americano Oliver Stone. Um "devaneio", acusou Carla Miranda: "Não são pessoas que tenham feito alguma coisa pela cidade. Este senhor, contra quem nada tenho, vai trazer cá uma exposição, promover o seu próprio património, deixá-la cá um tempinho e depois vai embora. As pessoas devem, primeiro, trazer benefícios à cidade e mais tarde logo se pensa que medalha se dá",



**Medalha de mérito foi entregue ao coleccionador de arte em 2015 pela realização de uma exposição na cidade**

disse, na altura, ao PÚBLICO. Na bancada comunista, o incómodo era também palpável, embora com argumentos distintos. Pedro Carvalho dizia-se preocupado por as medalhas serem distribuídas casuisticamente, em vez de num dia só, o que poderia resultar numa "desvalorização" da distinção anual.

O tema transitou depois para a Assembleia Municipal, onde a discussão se acendeu ainda mais. A aprovação foi por maioria – mas já não por unanimidade. A medalha, atribuída pela promoção da exposição de arte contemporânea africana *You love me, You love me not*, mereceu 40 votos favoráveis, quatro contra e uma abstenção. A CDU e PS votaram a favor, os dois deputados do Bloco votaram contra, assim como um do PSD e outro do movimento de Rui Moreira. A abstenção veio também da bancada de Rui Moreira. Aliás, já ontem, o grupo municipal do BE anunciou que "tudo fará na assembleia municipal para que este órgão retire a condecoração atribuída ao marido de Isabel dos Santos e exigirá ao executivo municipal que esclareça a cidade sobre actuais fundos recebidos por via da fundação de Sindika Dokolo."

Cerca de um ano depois, já com a medalha na lapela, o congolês acabaria por licitar o valor mais elevado na hasta pública da Casa Manoel de Oliveira, desenhada por Souto de Moura, mas que nunca foi usada e esteve 12 anos ao abandono. O entusiasmo foi grande na altura. A reabilitação seria feita e o espaço transformado na sede da Fundação Sindika Dokolo, a partir da qual se promoveria a ligação entre Portugal, e Europa, e países de origem africana.

Mas a reabilitação demorou mais do que o previsto e a abertura prevista para 2017 foi sendo adiada. Em Novembro de 2018, disse a fundação ao PÚBLICO, já se via luz ao fundo do túnel: a empreitada estava praticamente concluída. O que aconteceu depois não se sabe.

mariana.pinto@publico.pt

de prisão até três anos ou multa. O objectivo é proteger as entidades e os funcionários obrigados a reportar as transacções suspeitas, que visam seus próprios clientes.

Num comunicado emitido segunda-feira, o Eurobic garante que "os pagamentos ordenados pela cliente Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol) à Matter Business Solutions respeitaram os procedimentos legais e regulamentares formalmente aplicáveis no âmbito da regular relação comercial existente entre este Banco e a Sonangol, designadamente os que se referem à prevenção do branqueamento de capitais". Questionado pelo PÚBLICO sobre se efectuou alguma comunicação às autoridades, o porta-voz do banco disse não ter mais informação a acrescentar. Mas a nota da instituição não significa que o banco tenha de facto reportado as operações hoje sob suspeita. Como a lei é relativamente vaga, o banco pode ter entendido que não havia nada de suspeito naquelas transacções, logo não se sentia obrigado a comunicá-las.

O Banco de Portugal é a única entidade que poderá inspeccionar o Eurobic, para verificar se cumpriu a lei da prevenção do branqueamento de capitais. Se detectar alguma infracção pode aplicar uma multa que pode chegar aos cinco milhões de euros.

Isabel dos Santos garantiu que "continuou como *chairman* da Sonangol até às 14h00 do dia 16 de Novembro de 2017 e as suas acções relativamente à ordem de pagamento e a todos os outros assuntos relacionados com a Matter foram inteiramente lícitas". Já a dona da Matter Business Solutions alega que as facturas em questão estão relacionadas com honorários de consultoria de Maio a Dezembro de 2017, incorridas por várias empresas internacionais subcontratadas, como Boston Consulting Group, McKinsey, PWC, VdA e Odkas. Estas facturas, insiste ao *Expresso*, "já tinham sido elaboradas no sistema da Matter mas precisavam de ser liquidadas" para que a *offshore* pagasse às empresas subcontratadas". A saída de Isabel dos Santos da Sonangol e o risco de eventual incumprimento contratual, admite a Matter, levaram-na a emitir as facturas em conjunto.

mariana.oliveira@publico.pt

manchete

Público

22-01-2020

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 31885

Temática: Sociedade
Dimensão: 4598 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/2 a 5

LUANDA LEAKS

# A "Angola dos intocáveis" está mesmo a passar à história?

## A Justiça continua manipulada e a família Dos Santos é um alvo apetecível. O que não quer dizer que outras figuras do regime de José Eduardo dos Santos não tenham problemas legais

ENRIC VIVE

António Rodrigues

João Lourenço garantiu: "A Angola dos intocáveis que tudo podiam pertence à história." O Presidente angolano falava na abertura da reunião extraordinária do comité central do MPLA, em Novembro de 2018, já depois de ter assumido o comando do partido, um ano depois de ter sucedido a José Eduardo dos Santos na chefia do Estado.

O discurso não trazia nomes acoplados, mas era tão óbvio na sua intenção e nos seus alvos que hoje, pouco mais de um ano depois, se podem colocar lá alguns integrantes da família Dos Santos. Isabel dos Santos e o marido, Sindika Dokolo, têm os bens arrestados, José Filomeno dos Santos (Zenu) está a ser julgado e Tchizé dos Santos perdeu o mandato de deputada e foi expulsa do MPLA.

Mas serão os "intocáveis" de João Lourenço apenas estes, o núcleo mais visível da família do seu antecessor? Ou havia que começar por alguém e nada melhor que a família "real" angolana? Um Governo que empenhou grande parte do seu esforço na luta contra a corrupção está aquém ou além do que poderia ter feito nestes pouco mais de dois anos?

Francesc Baldia, num artigo para a Open Democracy, é cru na apreciação. "Sob o disfarce" da campanha anticorrupção, "o Estado de direito deteriorou-se significativamente em Angola". Baldia refere que Lourenço pressionou de forma "implacável" o juiz principal do Supremo Tribunal, Rui Ferreira, para que se demitisse.

O magistrado acabou por bater com a porta, denunciando na carta de demissão a "intensa e cruel campanha de mentiras, deturpação de factos, intrigas, calúnias e insultos" que sofreu, acusando o chefe dos serviços secretos, o general Francisco Miala (caído em desgraça no tempo de Eduardo dos Santos, recuperado e condecorado por Lourenço), de o pressionar para abandonar o cargo.

Manuel Augusto, ministro das Relações Exteriores, garantia recentemente que o processo contra Isabel dos Santos "não é um acto isolado ou dirigido a alguém em particular, mas a todos aqueles que, não tendo aderido à possibilidade que o Estado deu quando estabeleceu a primeira lei de repatriamento voluntário, vão fazê-lo, agora, de forma coerciva".

### Outros exemplos

Sempre que se dá exemplos extrafamiliares, fala-se do antigo ministro dos Transportes Augusto Tomás, condenado em Agosto a 14 anos de prisão por corrupção, ou de Manuel Rabelais, deputado do MPLA e antigo ministro da Comunicação Social, acusado em Setembro de branqueamento de capitais, peculato, recebimento indevido de vantagens e violação das normas orçamentais. Mas estas são figuras de segundo plano.

"Servidores públicos são regularmente processados por corrupção e outros crimes. Muitas vezes, esses casos têm grande divulgação e surgem em conjunto com anúncios presidenciais de um novo ataque contra a corrupção, mas esses esforços são episódicos e não sistemáticos", escrevia recentemente a organização não-governamental Freedom House.

Nomes como os dos generais Hélder Vieira Dias (Kopelipa), Higino Carneiro, Leopoldo Fragoso do Nascimento (Dino), do ex-vice-presidente Manuel Vicente, do antigo presidente do Banco Espírito Santo Angola (BESA) Álvaro Sobrinho, embora surjam algumas vezes ligados a processos judiciais, parecem continuar a salvo do braço anticorrupção.

Todos eles beneficiaram da sombra do poder do ex-Presidente para uma acumulação primitiva de riqueza que os tornou multimilionários. Os seus percursos empresariais têm tanta obscuridade como milhões acumulados. São o topo da pirâmide dos 320 multimilionários que Angola tinha em 2017, segundo a New World Wealth.

Higino Carneiro foi constituído arguido em Fevereiro do ano passado num processo de má gestão enquanto era governador de Luanda e, em Agosto, a Inspecção-Geral da Administração do Estado denunciou que havia 80 milhões de dólares em falta nas contas do Ministério das Obras Públicas, quando o general era o titular do cargo. De acordo com o *Jornal de Angola*, os processos contra Higino Carneiro e Rabelais foram enviados para o Supremo Tribunal em Agosto, mas a 2 de Janeiro, Américo Cuononoca, líder da bancada parlamentar do MPLA, garantia que nenhum pedido de levantamento de imunidade dos dois deputados tinha dado entrada na Assembleia Nacional.

"Além de querer aparentar estar a fazer algo pelo povo, Lourenço também quer consolidar o seu poder na elite dominante do país", referia Francesc Badia. "É por esse motivo que a campanha de corrupção se concentrou na primeira família, além de poupar outras figuras importantes do Governo. É o caso do ex-vice-presidente Manuel Vicente". O antigo todo-poderoso presidente da Sonangol, apesar de ser do núcleo próximo de Eduardo dos Santos – foi criado pela irmã mais velha do ex-Presidente –, conseguiu fazer a transferência aparentemente incólume do velho para o novo poder em Angola.

Lourenço empenhou mesmo as relações com Lisboa para conseguir evitar que Vicente fosse julgado em Portugal por ter subornado um procurador. "O irritante" diplomático entre os dois países, como lhe chamou Marcelo Rebelo de Sousa, só se resolveu quando a Justiça portuguesa enviou o processo da *Operação Fizz* para Luanda, onde ainda hoje está sem desenvolvimentos.

Recentemente, um jornal angolano e um *site* em língua inglesa relacionavam Vicente e outra das figuras de proa do tempo de Eduardo dos Santos, o general Kopelipa, na empresa de gestão de participações Lektron Capital, através das quais teriam comprado uma posição maioritária no Banco Económico, nascido das cinzas do BESA, o banco que Álvaro Sobrinho presidiu e cujo buraco contribuiu para o fim do Banco Espírito Santo em Portugal e a queda em desgraça de Ricardo Salgado.

Kopelipa, o ex-chefe da Casa de Segurança do Presidente, "entregou" em Agosto a gestão de dois portos (o terminal multiusos do porto de Luanda e o porto mineiro de Benguela) ao Estado, que era assegurada pela empresa Soportos. O general garante que só actuou no processo como representante legal de José Cordeiro dos Santos, o seu familiar accionista, ausente do país por doença, se quisermos acreditar na sua história.

O general tem sido pouco visto em Luanda, dizem ao PÚBLICO, e

manchete

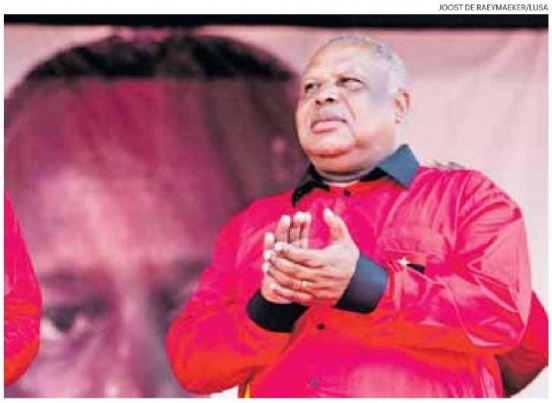
Público

22-01-2020

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 31885

Temática: Sociedade
Dimensão: 4598 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/2 a 5

DR



JOOST DE RAEYMAEKER/LUSA

**Desde a esquerda, no sentido dos ponteiros do relógio: Álvaro Sobrinho, general Dino, Higino Carneiro e Manuel Vicente. Em baixo, o general Kopelipa**

poderá estar em Portugal, onde tem vários negócios, nomeadamente a produtora de vinhos Colinas do Douro, gerida pelo sobrinho, Kelson Giovetti, comprada em 2008, de acordo com uma notícia do Observador.

### Participações cruzadas

Kopelipa e o general Dino – o homem da fortuna de mil milhões de dólares que o Tribunal Provincial de Luanda afirma ter tentado transferir dez milhões de dólares de Isabel dos Santos para a Rússia – têm negócios comuns, nomeadamente na Nazaki Oil & Gas, detida também por Vicente, e que tinha 15% dos interesses participativos nos consórcios de exploração de dois blocos de petróleo.

Ao general Dino, o Estado exigiu, em Junho, 29 milhões de dólares de um empréstimo concedido à empresa Geni, de que é proprietário, para adquirir 19,9% do Banco Económico. Leopoldino do Nascimento, exonerado por João Lourenço do cargo de chefe da Casa de Segurança do Presidente da República em Junho de 2018, recebeu 53,2 milhões de dólares e saldou apenas 23,6 milhões de dólares desse crédito.

O Banco Económico foi nacionalizado por José Eduardo dos Santos, depois de o Estado ter recuado na garantia soberana de cinco mil milhões de dólares que dera ao BESA, e que tinha sido utilizado como uma espécie de saco azul da elite ligada ao poder – de acordo com Álvaro Sobrinho, o ex-Presidente, Dino e Kopelipa "roubaram três mil milhões de euros aos portugueses".

Sobrinho manteve-se ausente de Angola depois da queda do BESA, regressando no final do período de Dos Santos no poder. Suspeito de desviar 615 milhões de dólares desta instituição financeira, o banqueiro acusa os accionistas angolanos de quererem tomar o banco de assalto.

O banqueiro, que levou à demissão da Presidente da Maurícia, Ammenah Gurib-Fakim, acusada de usar um cartão de crédito da ONG de Sobrinho (Planet Earth Institute) para compras pessoais processou em Setembro o líder da UNITA por "difamação". No programa Repensar Angola, Adalberto da Costa Júnior afirmou que mais de mil milhões de dólares do erário público foram desviados para contas pessoais na Maurícia e nas Seychelles, "dos quais 70 a 80% eram pertença de Sobrinho, director do BESA".

antonio.rodrigues@publico.pt

# As ligações de Dokolo em Kinshasa

Antônio Rodrigues

A chegada de João Lourenço ao poder em Angola pressupôs para Sindika Dokolo, marido de Isabel dos Santos, primogénita do ex-Presidente José Eduardo dos Santos, um afastamento dos centros de decisão. O novo chefe de Estado desconfia a dobrar do coleccionador de arte congolês, por pertencer à família Dos Santos e pelas suas ligações políticas na vizinha República Democrática do Congo.

Filho de Augustin Dokolo, fundador nos anos 1960, no então Zaire, do Banque de Kinshasa, o primeiro banco de capitais inteiramente africanos da África subsariana, Dokolo Sindika herdou do pai o jeito para os negócios e a paixão pelo colecionismo de arte e, apesar de ter passaporte dinamarquês por via da mãe e de ter crescido entre a Bélgica e França, mantém a sua influência em Kinshasa.

Quando João Lourenço assumiu a presidência, em Setembro de 2017, ainda Joseph Kabila procurava por todos os meios permanecer na chefia do Estado para lá do fim do seu mandato (devia ter acabado em 2016, só terminou em Janeiro de 2019, completando 18 anos no poder) e Dokolo financiava activistas políticos para afastar o homem que o impedia de ir à RD Congo desde 2014.

Na visão de Lourenço, as delicadas relações entre Luanda e Kinshasa, a bem da estabilidade regional, não se coadunavam com interferências externas a partir de Angola. Dokolo criou o movimento de cidadãos Les Congolais Debout! (Os congoleses de pé!) em Agosto de 2017 e mantém uma relação de amizade com o actual Presidente, Félix Tshisekedi, de quem esperava agora um apoio nesta guerra com o chefe de Estado angolano.

Tshisekedi visitou Lourenço no dia 6 de Janeiro, em Luanda, com o tema do arresto de bens de Sindika Dokolo e de Isabel dos Santos no topo da agenda. No entanto, o chefe de Estado congolês pouco mais conseguiu do que uma garantia de que o Governo angolano não interfere no andamento dos tribunais e que "o melhor caminho para os visados será a máxima colaboração com as autoridades competentes do Estado e com a Justiça angolana".

Em Maio de 2019, no seu regresso a Kinshasa depois de cinco anos de exílio, Sindika Dokolo tinha-se multiplicado em contactos políticos e tinha sido recebido em audiência por Tshisekedi, com quem já se tinha encontrado em Washington no mês anterior, acompanhado por Isabel dos Santos. Como explicava em entrevista à *Jeune Afrique*, o seu intuito era aproveitar a "oportunidade" de "participar o mais activamente possível na reconstrução" do seu país.

Garantindo ser "mais útil" à RD Congo como "empreendedor" do que assumindo um lugar no Governo, Dokolo explicava: "O novo poder

**Dokolo esperava agora de Tshisekedi um apoio nesta guerra com o chefe de Estado angolano**

anunciou a sua intenção de lançar um *New Deal* com o sector privado congolês, demasiado fraco, ou mesmo completamente ausente. As únicas pessoas com dinheiro no Congo pertencem à diáspora, como eu, ou à classe política – isto é, pessoas que não têm vocação para ser ricas."

Daí que se tenha mostrado logo disponível para se envolver no megalómano projecto Grande Inga, uma gigantesca rede hidráulica no rio Congo, a maior da África austral, cuja construção esteve parada por problemas de financiamento. Félix Tshisekedi reatou o projecto com objectivos menos ambiciosos e o marido de Isabel dos Santos ofereceu-se para construir o porto de águas profundas, superando com o seu nome a falta de "credibilidade" da RD Congo.

"[Tshisekedi] disse-me: 'Só uma pessoa, é impossível'", contava Dokolo ao Mediacongo. "Eu disse-lhe que a minha oferta é pública, com uma primeira fase de 350 milhões ou 400 milhões [de dólares]. A minha fábrica de cimento, que inaugurei há dois anos custou 450 milhões. Portanto, é possível. Pode fazer-se. E gostaria muito de fazer isso pela minha província do Congo central."

É, provável, que os últimos acontecimentos tenham tornado a proposta menos "possível".

DR

**Sindika Dokolo com o Presidente Tshisekedi em Maio de 2019**